

REFLEXÕES SOBRE OS PRINCIPAIS CONCEITOS PARA UMA ANÁLISE SOCIOESPACIAL URBANA: UM ESTUDO PARA AS CIDADES AMIGAS DAS PESSOAS IDOSAS

Márcia Regina dos Santos Rosa, Débora Guedes, Sanmya Feitosa Tajra, Cilene Gomes.

Universidade do Vale do Paraíba/Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento, Avenida Shishima Hifumi, 2911, Urbanova - 12244-000 - São José dos Campos-SP, Brasil, marciaregina_rosa@hotmail.com, debora.guedes@univap.br, sanmya@tajratecnologias.com.br, cilene.gomes@univap.br.

Resumo

O fenômeno do envelhecimento vem estimulando diferentes discussões acerca do desenvolvimento de cidades que favorecem o envelhecimento saudável, bem como, as iniciativas governamentais para adaptação das políticas sociais. Isto demonstra a importância do estudo sobre diferentes instrumentos que favorecem a organização do espaço urbano a partir das necessidades da população de forma interdisciplinar e holística. E, também, da compreensão dos elementos essenciais como: espaço, tempo e território para leitura dessas cidades. Dessa forma, este trabalho de revisão bibliográfica visa analisar a ferramenta sugerida pelo "Guia Global das Cidades Amigas das Pessoas Idosas", da Organização Mundial da Saúde, como uma metodologia para reflexão sobre a adaptação do espaço urbano e de políticas públicas que favorecem o aumento da qualidade de vida das pessoas. O que possibilita compreender os desafios contemporâneos para o desenvolvimento das cidades, assim como, das estratégias que estimulam a participação social como forma de engajamento e de atuação de diferentes atores sociais na construção destas Cidades Amigas das Pessoas Idosas.

Palavras-chave: Território. Espaço. Cidade. Envelhecimento.

Área do Conhecimento: Ciências Sociais Aplicadas.

Introdução

Para compreender os desafios contemporâneos do desenvolvimento dos espaços urbanos é necessário observar o tempo presente como histórico, onde o passado é percebido como algo que encerra as raízes do presente, por meio de fatos históricos e da compreensão das relações que os definem, seja pela suas relações de causa e efeito ou pela forma que se organizam para formar um sistema, seja um modo de produção antigo, um modo de produção novo, ou a transição entre os dois modos. Sem as relações não tem os fatos (Santos, 1991). São os fatos históricos dentro de uma estrutura social que possibilitam reconhecer as categorias da realidade e as categorias de análise. "Já não estaremos, então, correndo o risco de confundir o presente com aquilo que não mais o é" (Santos, 1991, p.15). O espaço humano vem sendo ampliado pela rede de relações, que até então, estavam sendo marcadas por diferentes áreas biológicas e econômicas, passando para dimensões políticas, elevando as relações a um espaço-total em uma multiplicidade de influências superposta, sejam: internacionais, nacionais, regionais, locais.

Essa percepção do espaço dentro da história e as estruturas atuais das cidades impulsionam estudos sobre o território e os desafios atuais da gestão local para o desenvolvimento urbano, visto que a lógica de tempo e espaço apresentados, corroboram para o conceito de território, a qual deriva de uma dupla conotação, material e simbólico, tendo a ver com dominação e apropriação da terra a partir da construção dos sujeitos, sejam eles: indivíduos, grupos sociais, o Estado, empresas, instituições (Haesbaert, 2004).

As mudanças que o território vai vivenciando, nas formas de sua organização, estão relacionadas aos conceitos históricos acumulados do passado que demandam pela renovação das categorias de análise. Milton Santos (Santos, 1997), aponta que:

Num estudo regional se deve tentar detalhar sua composição enquanto organização social, política, econômica e cultural, abordando-lhe os fatos concretos, para reconhecer como a área se insere na ordem econômica internacional, levando em conta o preexistente e o novo, para captar o elenco de causas e consequências do fenômeno (Santos, 1997).

Com isso, são necessárias ferramentas que proporcionem uma análise do território de acordo com suas características regionais para que seja compreendida sua composição e suas especificidades, por meio de um planejamento participativo e inclusivo, onde esta análise contemple todos os sujeitos que vivem nesse espaço, em transformação, a partir do preexistente e do novo.

Tendo em vista o cenário global, segundo a Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS, 2023), a população mundial está envelhecendo de forma mais acelerada, onde mais de 8% da população tinha 65 anos ou mais em 2020, e atualmente estima-se que esse percentual dobre até 2050, ultrapassando 30% até o final do século. O envelhecimento populacional é uma resposta à mudança de alguns indicadores de saúde, especialmente a queda da fecundidade e da mortalidade e o aumento da esperança de vida (Brasil, 2007).

Paratanto, percebe-se a necessidade de adaptação das cidades para o envelhecimento, e que o desenvolvimento de uma cidade ideal frente aos desafios contemporâneos vem se tornando utópico. "O envelhecimento é um processo complexo que abriga não só o aspecto biológico (...) a experiência de envelhecer é diversificada porque depende da classe social a que o indivíduo pertence" (São Paulo, 2011).

Nesta linha de modificação e reorganização do espaço urbano e do desenvolvimento econômico, social e político para uma sociedade que vem envelhecendo de forma acelerada, foi elaborado pela Organização Mundial da Saúde (OMS) um Guia Global das Cidades Amigas das Pessoas Idosas (GGCAPI). O guia busca fortalecer a utilização de abordagens participativas para manutenção de políticas públicas, onde as pessoas idosas executam uma análise sobre as cidades a partir de como percebem seus territórios, para que esses pontos de melhorias se convertam em plano de ação e sejam instrumentos para composição de políticas públicas municipais. Sendo assim, esse artigo tem como objetivo apresentar um estudo dos principais conceitos utilizados para uma análise socioespacial urbana tendo como ponto de partida o modelo de diagnóstico proposto pelo GGCAPI da OMS.

Metodologia

Trata-se de uma análise temática para estudo reflexivo sobre os elementos essenciais (espaço, tempo e território) para o desenvolvimento de uma cidade para as pessoas idosas, a partir de uma breve revisão de literatura para compreensão destes elementos mencionados no estudo.

Visto que o processo de envelhecimento ocorre ao longo da vida, além do estudo da organização do espaço urbano também será analisada a ferramenta sugerida pelo "Guia Global das Cidades Amigas das Pessoas Idosas", da Organização Mundial da Saúde, como forma de adequar e refletir sobre as cidades a partir de um planejamento interdisciplinar do espaço urbano, em busca de uma cidade que proporcione qualidade de vida a todos, de forma igualitária e que estimule o exercício da participação social na construção de políticas sociais.

Para Milton Santos (Santos, 1997), os elementos que se agrupam dando a configuração espacial de um lugar têm que passar por um estudo aprofundado, desde o homem, até as instituições que vão dirigir, juntamente com as firmas, as formas de materialização da sociedade. Destrinchar as relações existentes entre estes elementos, tornando os conceitos em realidade empíricas, permitirá que se vislumbre, no tempo e no espaço, a transformação.

Resultados

Foi percebido que o modelo sugerido para o desenvolvimento de Cidades Amigas das Pessoas Idosas pela Organização Mundial da Saúde, favorece as discussões entre diferentes sujeitos para construção e compreensão de um espaço-total, o que é demonstrado na análise dos resultados proposto pelo guia, onde as pessoas idosas descrevem um leque de características da paisagem urbana e do ambiente construído que favorecem para que a Cidade seja Amiga das Pessoas Idosas (OMS, 2007).

Para maior compreensão da intersectorialidade e da complexidade presente na organização do espaço urbano, que favorece as condições de vida para todos que vivem nesse território, o diagnóstico do Guia Global das Cidades Amigas das Pessoas Idosas da Organização Mundial da Saúde (OMS, 2007) baseia-se em diferentes áreas, onde a análise da qualidade de vida da pessoa idosa é percebida de forma multifatorial e transversal, sendo ela: (1) Espaços Exteriores e Edifícios; (2) Transporte; (3) Habitação; (4) Participação Social; (5) Respeito e Inclusão Social; (6) Participação Cívica e Emprego; (7) Comunicação e Informação; e (8) Apoio da Comunidade e Serviços de Saúde. Para cada eixo existe um grupo de perguntas para auxiliar nas discussões de forma aberta, onde a pessoa idosa deverá expor sua opinião sobre cada item analisado correspondente a cidade, assim como, a qualidade dos serviços públicos ofertados e dos níveis de organização social de sua região.

Segundo Antônio Jardim (Jardim, 1988), o desenvolvimento, uma vez que passa a ser “um processo de transformação da sociedade por uma expansão da capacidade produtiva, elevação de produtividades e renda média por trabalhador, mudança na estrutura de classe e na organização social, transformações culturais e de poder, ou seja, tudo o que conduz a elevação nos níveis de vida da população”.

Dessa forma, é possível notar que a atuação da população é dada como o sujeito responsável pelo desenvolvimento, pois é ele quem definirá os limites e as características desse processo. Ou seja, espera-se que a proposta apresentada pelo guia também seja uma forma de fortalecer o modelo de participação social esperado para que as mudanças sejam efetivas e em longa escala, partindo do planejamento e organização do espaço da cidade até estruturas sociais que afetam o modo de vida da população.

Para Maurice Halbwachs (Halbwachs, 1990, p.136), “a diferenciação de uma cidade resulta na origem de uma diversidade de funções e costumes sociais; mas, enquanto o grupo evolui, a cidade, em seu aspecto exterior, muda mais lentamente. Os hábitos locais resistem às forças que tendem a transformá-los, e essa resistência coletiva tem seu ponto de apoio sobre as imagens espaciais. Com efeito, as cidades se transformam no curso da história”. No geral, o que se propõe é que as principais mudanças oriundas do diagnóstico deverão ser organizadas em um Plano de Ação, de forma regionalizada. Isto demonstra a necessidade do agrupamento das propostas em relação as melhorias de curto, médio e longo prazo, visto que as modificações do concreto “exterior” além de demandar de um ajuste nas políticas sociais que requerem um tempo maior também poderão ser afetadas pelos costumes sociais responsáveis por influenciar o modo e a qualidade das relações no território.

Logo esta realização do diagnóstico por região e do Plano de Ação do Guia Global das Cidades Amigas das Pessoas Idosas para os municípios, que deverá ser implementado com a participação de todos os sujeitos que constroem esse território, busca estimular o envelhecimento saudável por meio da “criação de condições de saúde, participação e segurança, de modo a reforçar a qualidade de vida à medida que as pessoas envelhecem” (OMS, 2007, p.1).

Segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS, 2007, p.6) “a palavra-chave, no que diz respeito a cenários urbanos sociais e físicos amigos das pessoas idosas, é a capacitação”, o que deriva de todo o processo de organização da população, tendo como principal ator, a pessoa idosa, para discussão dos elementos fundamentais para o desenvolvimento das Cidades Amigas das Pessoas Idosas.

Vale destacar que as listas de verificação das características urbanas Amigas das Pessoas Idosas que compõe o diagnóstico, não são linhas de orientação técnica, nem especificações de planejamento

(OMS, 2007), este modelo mencionado como técnico se faz presente em uma estrutura progressista para o desenvolvimento das cidades, diferente do que o guia propõe, que percorre um modelo mais culturalista, baseado no planejamento humanista e no urbano multidisciplinar, ambos os modelos presentes como formas de urbanismo do século XX (Choay, 1975).

Em resumo, as listas são fundamentadas em diferentes áreas, onde a análise do seu impacto na qualidade de vida da pessoa idosa é percebida de forma multifatorial e transversal, propiciando a participação dos idosos tanto nas sugestões de diferentes melhorias quanto na implementação dessas mudanças. Este resultado – modelo do diagnóstico, ressalta a essência do modelo culturalista, onde as cidades não são consideradas dos urbanistas, para serem produzidas por régua e compasso, mas do conjunto da sociedade (Choay, 1975).

Discussão

O espaço está ligado ao território e ao poder. O território é, ao mesmo tempo e obrigatoriamente, em diferentes combinações, funcional e simbólico, pois exercemos domínio sobre o espaço tanto para realizar “funções” quanto para produzir “significados” (Haesbaert, 2004). O território funcional é o território como recurso, valor de troca (controle físico, produção e lucro) e o território simbólico é o território como símbolo, valor simbólico (“abrigo”, “lar”, segurança afetiva). No geral, o território se resume às relações de poder e controle de uma área (funcional ou simbólico) e dos sujeitos que os constroem. Por isso, se faz necessário ser compreendido em seu sentido mais amplo, e neste processo, com a participação efetiva de toda a população, para que as melhorias das condições e da qualidade de vida sejam discutidas a partir de um espaço de produção social, alinhados aos desejos e as necessidades dos sujeitos que nele habitam.

Para Antônio Jardim (Jardim, 1998), a população deve estar vinculada ao processo de desenvolvimento econômico e social, devendo ser o centro da abordagem desse processo, pois ela não é um ente passivo o qual deve-se traçar um modelo de desenvolvimento a ser dirigido (...) qualquer sociedade deve executar esses processos para elevar o nível e a qualidade de vida de seus membros.

Tendo em vista o crescimento populacional de pessoas com mais de 65 anos no Brasil, que, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2023), teve um aumento de 57,4% em 12 anos, o que induz a uma inversão da pirâmide etária, a partir de um fenômeno de envelhecimento demográfico. O que demonstra cada vez mais a necessidade de adaptação das cidades, visto que o processo de envelhecimento ocorre ao longo da vida, e que esta adaptação favorecerá a constituição de espaços saudáveis para todas as idades.

Vale destacar também que, de acordo com o Instituto de Saúde de São Paulo (São Paulo, 2011) “a sociedade capitalista se estruturou em classes com diferenças abismais entre ricos e pobres. Esta demarcação dada pela pobreza irá refletir na maneira de envelhecer e morrer”. A complexidade no desenvolvimento de uma Cidade Amiga das Pessoas Idosas é oriunda de uma construção histórica marcada por lutas de classes e movimentos sociais por direitos fundamentais que promovem qualidade de vida e bem-estar para as pessoas.

Considerações Finais

Percebe-se que os elementos apresentados neste estudo apontam para uma análise completa da organização socioespacial das cidades, tendo como metodologia de estudo uma ferramenta proposta pela Organização Mundial da Saúde, que estimula o desenvolvimento de grupos focais com base em uma abordagem participativa de como as pessoas idosas compreendem as cidades, o que demonstra ser eficaz a partir do modelo sugerido, sendo um mecanismo de fortalecimento da participação social e do desenvolvimento de políticas sociais através dos sujeitos que constroem os territórios.

E, para que esta análise do espaço-total seja possível, se faz necessário compreender o conceito de espaço, tempo e território, e as relações que permeiam o urbano, para constituição de cidades que

favoreçam o envelhecimento. Tendo em vista que o território se modifica, sendo ele um espaço de disputa tanto para a realização das funções (funcional) quanto para produção de significados (simbólico), onde os sujeitos se tornam responsáveis pelo desenvolvimento econômico e social, a partir de uma participação ativa e direta no que diz respeito ao aumento da qualidade de vida.

Vale ressaltar, uma observação crítica no que se propõe como resultado final do diagnóstico do GGCAPÍ da OMS, que se refere ao desenvolvimento de um Plano de Ação Participativo por meio da gestão municipal. Nota-se que o modelo para coleta das informações das diferentes regiões dos municípios que irão aplicar o questionário podem sofrer alterações aos fatos que compõem as características das diferentes realidades (relações de poder no território) que influenciarão diretamente no resultado. Visto também, que o sujeito que está aplicando e organizando esse espaço de participação da comunidade e de implementação da política social, em sua grande maioria, parte de uma iniciativa de Estado.

Referências

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. **Envelhecimento e saúde da pessoa idosa** / Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica – Brasília: Ministério da Saúde, 2007.

CHOAY, Françoise. **O urbanismo**. São Paulo: Perspectiva, 1975.

HAESBAERT, Rogério. **Dos múltiplos territórios à multiterritorialidade**.

HALBWACHS, Maurice. **A Memória Coletiva**. São Paulo: Edições Vértices, 1990.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo 2022**: número de pessoas com 65 anos ou mais de idade cresceu 57,64% em 12 anos. Brasília, DF: IBGE, 2023. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/38186-censo-2022-numero-de-pessoas-com-65-anos-ou-mais-de-idade-cresceu-57-4-em-12-anos>

JARDIM, Antônio de Ponte. **A população e a questão do meio ambiente e recursos naturais – um esboço para discussão**. In: VII Congresso Nacional de Sociólogos, Salvador, BA, de 24 a 27 de maio e no VII Encontro Nacional de Geógrafos-AGB, Maceió de 23 a 29 de julho de 1988.

OMS - Organização Mundial da Saúde. **Guia Global das Cidades Amigas das Pessoas Idosas**. OMS; 2007. Disponível em: <https://www.paho.org/pt/documents/global-age-friendly-cities-guide>

OPAS - Organização Pan-Americana da Saúde. **A influência do ambiente no envelhecimento saudável. O desenvolvimento da Rede Mundial de Cidades e Comunidades Amigas das Pessoas Idosas da OMS**. OPAS; 2023. Disponível em: <https://iris.paho.org/handle/10665.2/58251>.

OPAS - Organização Pan-Americana da Saúde. **Guia de adaptação e implementação de diretrizes baseadas em evidências**. Segunda edição. Washington, D.C.: OPAS; 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.37774/9789275727010>.

SANTOS, Milton. **Metamorfoses do espaço habitado**. 5.ed. São Paulo: Hucitec, 1997. Capítulo 4: Categorias Tradicionais, Categorias Atuais.

SANTOS, Milton. **Pensando o espaço do homem**. 3. ed. São Paulo: HUCITEC, 1991.

SÃO PAULO. Instituto de Saúde Pública. **Nós e o outro**: envelhecimento, reflexões, práticas e pesquisa/organizado por Belkis Trench, Tereza Etsuko da Costa Rosa. São Paulo: Instituto de Saúde Pública, 2011. 290p. Temas Saúde Coletiva, 13.